

ORGANIZAÇÃO:



Caderno de Estudos
DIRECIONADOS

Concurso
MPU

APRESENTAÇÃO

O concurso do Ministério Público da União (MPU) está entre os mais aguardados por aqueles que buscam estabilidade, remuneração atrativa e a chance de atuar em uma instituição basilar para a defesa da ordem jurídica e dos direitos fundamentais. Com abrangência nacional, esse certame atrai grande número de candidatos e representa oportunidade única para quem deseja ingressar na carreira pública.

Ser aprovado no MPU significa integrar um órgão de enorme relevância, onde os servidores desempenham funções essenciais para o funcionamento do sistema de justiça. Cargos como Técnico e Analista não apenas oferecem segurança e excelentes condições de trabalho, mas também proporcionam a satisfação de contribuir diretamente para a sociedade.

Diante desse cenário promissor, esta obra foi cuidadosamente elaborada para ser um guia completo na sua preparação. Com conteúdo atualizado e organizado de maneira didática, o livro reúne tudo o que você precisa para dominar os temas centrais do certame.

Para tornar seu aprendizado ainda mais eficiente, contamos com a expertise de nossos professores, especialistas em concursos públicos e com vasta experiência na preparação de candidatos. Além disso, incluímos questões comentadas e gabaritadas, bem como sugestões de temas de redação, permitindo que você fixe o conhecimento por meio da prática. Seja você um candidato experiente ou alguém que está iniciando sua jornada nos concursos, este material será um diferencial na sua preparação.

O concurso do MPU pode ser um divisor de águas na sua trajetória profissional. Com dedicação e o suporte do material certo, você estará mais próximo da tão sonhada aprovação. Este livro será seu aliado nessa caminhada. Vamos juntos rumo à conquista do seu cargo público!

CONHEÇA OS AUTORES

Alex Cardoso
@alexcardoso.pro

Noções de Administração Pública

Elaine Cunha
@pausaparaposse

Noções de Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade

Erick Alves
@proferickalves

Noções de Direito Administrativo

Francisco Sousa
@fsousa984

Noções de Administração Pública

Gilson Maciel
@profgilsonmaciel

Noções de Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade

Heitor Ferreira
@perguntaproheitor

Provas Discursivas

Henrique Santillo
@profsantillo

Teoria Geral do Processo

José Maria
@professorjosemaria

Língua Portuguesa

Leonardo Arpini
@prof.arpini

Noções de Direito Penal

Marianna Zacharias
@prof.mariannazrc

Noções de Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade

Milena Ranzini
@enfim.passei

Noções de Administração Pública

Nathalia Masson
@nathfmasson

Noções de Direito Constitucional

Nicole Rodrigues
@prof.nicoleoliveira

Noções de Administração Pública

Sérgio Alfieri
@prof.sergioalfieri

Noções de Sustentabilidade

Sérgio Machado
@profsergiomachado

Administração Financeira e Orçamentária

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
---------------------------	---

CONHECIMENTOS GERAIS – TODAS AS CARREIRAS

MÓDULO I – 1. LÍNGUA PORTUGUESA	13
--	----

Ortografia e Acentuação Gráfica	15
Interpretação e Compreensão de Texto	17
Registros de Linguagem, Funções e Elementos da Comunicação	20
Estrutura, Formação e Classificação de Palavras	21
Classes Gramaticais – Verbos	24
Norma-Padrão e Organização Sintática das Frases	27
Pontuação e Sinais Gráficos	34
A Crase	37
Modos de Organização Discursiva e Tipos Textuais	41
Coesão, Coerência e Intertextualidade	44
Problemas Estruturais das Frases	47

MÓDULO I – 2. NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE	51
---	----

O Meio Ambiente na Constituição Federal de 1988 – Artigo 225	53
Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) – Lei nº 12.305/2010 e suas alterações	56
Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) – Lei nº 12.187/2009	60
Desenvolvimento Sustentável e Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)	64
Política Nacional de Educação Ambiental – Lei nº 9.795/1999	67
Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) – Lei nº 9.985/2000	70
Lei dos Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998) e Decreto nº 6.514/2008	74

MÓDULO I – 3. NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE	79
--	----

Noções de Direitos Humanos	81
Noções de Direitos e Garantias Fundamentais	83
A Constituição Brasileira e os Tratados Internacionais de Direitos Humanos	85
Declaração Universal dos Direitos Humanos e Agenda 2030 da ONU	87
Pacto de São José da Costa Rica – Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Decreto nº 678/1992)	89
Grupos Vulneráveis	90
Política Nacional de Direitos Humanos	92
Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)	94
Normas Gerais e Critérios para Acessibilidade – Lei nº 10.048/2000	95

MÓDULO I – 4. NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	97
--	----

Modelos Teóricos de Administração Pública	99
Evolução da Administração Pública no Brasil: Reformas Administrativas	101
Evolução da Administração e Suas Principais Abordagens	104

Introdução à Administração	108
Planejamento Organizacional	111
Processo de Organização	115
Controle: A Função Administrativa de Monitoramento e Ajuste	119
Processo Decisório.....	122
Gestão de Processos.....	125
Gestão por Competências	129
Comportamento Organizacional	133
Motivação.....	136
Liderança.....	140
Comunicação	143
Cultura e Clima Organizacional.....	147
Conceitos Iniciais da Administração de Materiais.....	151
Classificação de Materiais	155
Gestão de Estoques	159
MÓDULO II – 1. LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL	163
Ministério Público da União (Lei Complementar nº 75/1993).....	165
MÓDULO II – 2. NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO	169
Princípios Expressos e Implícitos da Administração Pública.....	171
Atos Administrativos	172
Poderes da Administração Pública e Abuso de Poder	177
Organização Administrativa	179
Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133/2021	181
Processo Administrativo – Lei nº 9.784/1999	187
Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) – Decreto-Lei nº 4.657/1942.....	191
Agentes Públicos.....	194
Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis da União, Autarquias e Fundações Públicas Federais – Lei nº 8.112/1990.....	197
Intervenção do Estado na Propriedade Privada	199
Bens Públicos	200
Serviços Públicos	202
Entidades Paraestatais e Terceiro Setor	204
Responsabilidade Civil do Estado	206
Controle da Administração Pública	208
Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992, com as alterações da Lei nº 14.230/2021)	210
Agências Executivas e Reguladoras	212
Mandado de Segurança – Lei nº 12.016/2009.....	214
Ação Popular – Lei nº 4.717/1965	216
Ação Civil Pública – Lei nº 7.347/1985	218
Lei de Acesso à Informação (LAI) – Lei nº 12.527/2011	221
Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018.....	223
Jurisprudência Atualizada dos Tribunais Superiores	226

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: ANALISTA E TÉCNICO DO MPU

MÓDULO I – 1. NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL	231
Princípios Fundamentais do Direito Constitucional	233
Direitos e Garantias Fundamentais (Teoria Geral)	235
Direitos e Garantias Individuais	237
Direitos Sociais	240
Nacionalidade.....	242
Direitos Políticos	243
Da Organização do Estado.....	245
Da Administração Pública.....	246
Poder Legislativo	248
Poder Executivo.....	249
Poder Judiciário	250
Das Funções Essenciais à Justiça	252
Ordem Social: Seguridade Social	253
MÓDULO I – 2. TEORIA GERAL DO PROCESSO	255
Normas Processuais Cíveis: Fundamentos e Aplicação	257
Direito de Ação: Teorias, Condições, Elementos e Jurisdição	258
Competência no Processo Civil.....	260
Sujeitos do Processo: Partes e Procuradores.....	261
Despesas, Honorários, Multas e Gratuidade da Justiça.....	262
Tutela Provisória – Conceitos Fundamentais e Aplicações	265
MÓDULO I – 3. NOÇÕES DE DIREITO PENAL	269
Aplicação da Lei Penal.....	271
Imputabilidade Penal, Concurso de Pessoas e Aplicação da Pena	273
Crimes Contra a Administração Pública.....	275
Crimes Contra a Administração da Justiça	278
Crimes Resultantes de Preconceitos de Raça ou de Cor (Lei nº 7.716/1989 e Lei nº 14.532/2023)	281
Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019)	285
Abuso de Autoridade – Crimes em Espécie (Lei nº 13.869/2019).....	288
MÓDULO I – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA* (já consta em Conhecimentos Gerais – página 97)	
MÓDULO I – DIREITO ADMINISTRATIVO** (já consta em Conhecimentos Gerais – página 169)	
MÓDULO I – 4. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	293
Introdução à Administração Financeira e Orçamentária	295
Princípios Orçamentários	296
Orçamento-Programa: Fundamentos e Técnicas	298
Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	300

* Trata-se da disciplina que integra o Módulo I da prova de conhecimentos comuns a todas as carreiras.

** Trata-se da disciplina que integra o Módulo II da prova de conhecimentos comuns a todas as carreiras.

Leis de Créditos Adicionais	302
Ciclo Orçamentário: Elaboração, Discussão, Votação e Aprovação da Lei de Orçamento	303
Orçamento na Constituição de 1988	306
Receita Pública	308
Execução Orçamentária e Financeira	310

PROVAS DISCURSIVAS

Prova Discursiva MPU	315
Propostas MPU – Banca FGV	317

QUESTÕES COMENTADAS

Questões – Língua Portuguesa	345
Questões – Noções de Sustentabilidade	346
Questões – Noções de Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade	348
Questões – Noções de Administração Pública	351
Questões – Legislação Institucional	352
Questões – Noções de Direito Administrativo	354
Questões – Noções de Direito Constitucional	356
Questões – Teoria Geral do Processo	358
Questões – Noções de Direito Penal	360
Questões – Administração Financeira e Orçamentária	362
Comentários às Questões – Língua Portuguesa	363
Comentários às Questões – Noções de Sustentabilidade	366
Comentários às Questões – Noções de Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade	369
Comentários às Questões – Noções de Administração Pública	373
Comentários às Questões – Legislação Institucional	375
Comentários às Questões – Noções de Direito Administrativo	377
Comentários às Questões – Noções de Direito Constitucional	381
Comentários às Questões – Teoria Geral do Processo	383
Comentários às Questões – Noções de Direito Penal	386
Comentários às Questões – Administração Financeira e Orçamentária	389

**CONHECIMENTOS
GERAIS – TODAS
AS CARREIRAS**

MÓDULO I

1. LÍNGUA PORTUGUESA

ORTOGRAFIA E ACENTUAÇÃO GRÁFICA

1. Noções de Fonologia

A fonologia estuda os **sons** da língua, chamados de **fonemas**, que podem ou não coincidir com a quantidade de letras de uma palavra. Em geral, cada letra representa um fonema, mas há exceções, como nos casos de **dígrafos** e **dífonos**.

- **Dígrafo:** duas letras que representam um único som. Exemplos:
 - o ch = /x/ (chave)
 - o nh = /n/ (ninho)
 - o ss = /s/ (passo)
 - o gu e qu (quando o “u” não é pronunciado, como em “guerra” e “queijo”)
- **Dífono:** quando uma única letra representa dois fonemas. O principal exemplo é a letra “x”, que pode ter som de /ks/, como em “táxi”.

Sílaba e Separação Silábica

A sílaba é a unidade fonética que forma uma palavra e precisa conter ao menos uma vogal. A separação silábica segue a **pronúncia natural** das palavras. Por exemplo:

- **Ditongos:** encontros de uma vogal com uma semivogal na mesma sílaba (ex.: pai, sério, mau).
- **Tritongos:** encontros de uma semivogal, uma vogal e outra semivogal (ex.: Uruguai, iguais).
- **Hiatos:** duas vogais que pertencem a sílabas diferentes (ex.: país, saúde).

2. Acentuação Gráfica

A acentuação tem como principal objetivo indicar a **sílaba tônica** das palavras e evitar ambiguidades. As palavras podem ser classificadas como:

- **Oxítonas:** sílaba tônica na última sílaba (ex.: café, paletó).
- **Paroxítonas:** sílaba tônica na penúltima sílaba (ex.: lápis, júri).
- **Proparoxítonas:** sílaba tônica na antepenúltima sílaba. Todas são acentuadas (ex.: lâmpada, matemática).

Regras de Acentuação

- **Oxítonas:** recebem acento se terminadas em A(S), E(S), O(S), EM, ENS (ex.: café, armazém).
- **Paroxítonas:** são acentuadas se terminarem em **I(S), US, R, L, X, N, PS, DITONGOS** (ex.: fácil, bíceps, júri, hífen, órfã).

- **Proparoxítonas:** todas são acentuadas (ex.: lâmpada, médico).

3. Regras Especiais

Acento em Hiatos

Acentuam-se as vogais “**i**” e “**u**” tônicas, quando **sozinhas na sílaba** ou acompanhadas de “s”, desde que **não estejam precedidas por ditongos** nem seguidas por “nh”.

Exemplos:

- **Com acento:** país, saída, juízes, saúde.
- **Sem acento:** raiz, juiz, rainha, ruim.

Mudança do Novo Acordo: Não se acentuam mais hiatos em **paroxítonas após ditongos decrescentes**, como feiúra, heroico, baiúca.

Ditongos Abertos

Os ditongos “**éi**”, “**éu**” e “**ói**” só são acentuados **em oxítonas** e monossílabos tônicos (ex.: herói, anéis, pastéis). Não são mais acentuados em paroxítonas (ex.: ideia, jiboia, heroico).

Acento Diferencial

O Novo Acordo **eliminou alguns acentos diferenciais**, mas alguns continuam:

- **Permanecem:** pôr (verbo) x por (preposição); pôde (pretérito) x pode (presente).
- **Foram eliminados:** pára (verbo) x para (preposição); pelo (cabelo) x pelo (preposição).

Verbos “ter” e “vir” e seus derivados:

- **3ª pessoa do singular:** ele tem, ele vem.
- **3ª pessoa do plural:** eles têm, eles vêm.
- **Com prefixos:** ele retém x eles retêm; ele intervém x eles intervêm.

4. Ortografia

A ortografia é regida por regras que determinam o uso correto de letras como **S, SS, Ç, X, CH, J, G**.

Uso do “Ç”

- Palavras derivadas de verbos terminados em **-TER e -TOR** (ex.: detenção, infecção).
- Palavras terminadas em **-AÇÃO**, derivadas de verbos (ex.: importação, fundição).

MÓDULO I

2. Noções de Sustentabilidade

O MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 – ARTIGO 225

1. Conceito de Meio Ambiente

O conceito de meio ambiente é amplo e varia conforme o autor. No entanto, há um consenso de que ele se refere à interação entre elementos naturais, artificiais e culturais que possibilitam o desenvolvimento da vida de maneira equilibrada.

Dentre as definições clássicas, destaca-se a de **José Afonso da Silva**, que descreve o meio ambiente como a interação dos recursos naturais e culturais necessários ao equilíbrio da vida. Já **Marcelo Abelha Rodrigues** complementa que o meio ambiente inclui tanto os seres vivos (meio biótico) quanto os não vivos (meio abiótico), pois sua proteção depende da interação entre esses elementos.

É importante diferenciar o conceito de meio ambiente do **Direito Ambiental**, que é o ramo jurídico responsável por criar normas que regulam a proteção ambiental, estabelecendo penalidades para aqueles que infringirem essas regras.

2. As Vertentes do Direito Ambiental

O Direito Ambiental pode ser analisado sob duas vertentes principais:

a) Vertente Antropocêntrica

O ser humano é o centro das preocupações ambientais. Segundo essa visão, a natureza deve ser protegida porque sua degradação afeta diretamente a qualidade de vida do homem.

b) Vertente Biocêntrica

Diferentemente da anterior, essa vertente defende que a natureza deve ser protegida por si só, independentemente das necessidades humanas. Essa visão vem ganhando força no cenário jurídico atual.

O **Supremo Tribunal Federal (STF)** tem adotado a vertente biocêntrica em seus julgamentos, entendendo que o meio ambiente deve ser protegido não apenas para benefício do ser humano, mas porque tem um valor intrínseco.

3. Fases da Proteção Ambiental no Brasil

O Direito Ambiental passou por três fases distintas:

a) Fase da Tutela Econômica

A proteção ambiental era indireta e vinculada à preservação do patrimônio privado. As normas ambientais visavam evitar danos que pudessem prejudicar a economia ou a propriedade particular.

anotações

b) Fase da Tutela Sanitária

Surge uma preocupação maior com a saúde humana, estabelecendo normas para evitar a poluição e degradação ambiental, mas ainda com um viés antropocêntrico.

c) Fase da Tutela Autônoma

O meio ambiente passa a ser protegido por si só, sem a necessidade de justificativas econômicas ou sanitárias. Esse momento marca a evolução para uma visão mais biocêntrica.

O **marco histórico** dessa fase foi a **Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981)**.

4. Classificações do Meio Ambiente

O meio ambiente pode ser dividido em quatro categorias:

a) Meio Ambiente Natural

Compreende os recursos naturais, como fauna, flora, ar, água e solo. Sua proteção é essencial para a manutenção do equilíbrio ecológico.

b) Meio Ambiente Artificial

Relaciona-se aos espaços urbanos, como cidades, prédios e infraestruturas. A legislação urbanística e o **Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001)** são fundamentais para sua regulação.

c) Meio Ambiente Cultural

Protege bens materiais e imateriais de relevância histórica, artística e cultural, conforme previsto no **artigo 216 da Constituição Federal**.

d) Meio Ambiente do Trabalho

Diz respeito às condições laborais, garantindo que os trabalhadores tenham ambientes seguros e saudáveis.

5. O Artigo 225 da Constituição Federal

O artigo 225 da Constituição Federal de 1988 é o principal dispositivo normativo de proteção ambiental no Brasil. Ele estabelece que:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

MÓDULO I

3. Noções de Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE

1. Conceito e Terminologia

Os direitos humanos e os direitos fundamentais são conceitos centrais na garantia da dignidade e da liberdade dos indivíduos. Embora frequentemente usados como sinônimos, possuem diferenças importantes:

- **Direitos Humanos:** Definidos no âmbito internacional, garantidos por tratados e convenções globais.
- **Direitos Fundamentais:** Reconhecidos e protegidos pelo ordenamento jurídico interno de um Estado.

Existem duas abordagens para diferenciar esses termos:

1. **Generalista:** Todos os direitos essenciais para uma vida digna, independentemente de estarem em Constituições ou tratados internacionais.
2. **Específica:** Considera como direitos humanos apenas os previstos em instrumentos internacionais, enquanto os direitos fundamentais estão nas Constituições nacionais.

Exemplo: O Supremo Tribunal Federal interpreta a Constituição Federal, enquanto a Corte Interamericana de Direitos Humanos interpreta a Convenção Americana de Direitos Humanos.

2. Estrutura Normativa dos Direitos Humanos

Os direitos humanos são estruturados com base em quatro princípios:

- **Universalidade:** Aplicam-se a todas as pessoas, sem distinção.
- **Essencialidade:** Protegem valores fundamentais.
- **Superioridade Normativa:** São hierarquicamente superiores no ordenamento jurídico.
- **Reciprocidade:** Criam obrigações para o Estado e para a sociedade na sua proteção.

3. Fundamentação dos Direitos Humanos

Há diferentes teorias que buscam justificar a existência dos direitos humanos:

- **Teoria Jusnaturalista:** Direitos humanos são inerentes à condição humana, independentes do Estado.
- **Teoria Positivista:** Direitos humanos existem porque estão positivados na legislação.

anotações

- **Teoria Negativista:** Nega a necessidade de fundamentação teórica, enfatizando a proteção efetiva.
- **Teorias Contemporâneas:** Consideram fatores sociais, políticos e culturais, bem como normas internacionais.

Exemplo: A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 representa um consenso global sobre direitos essenciais.

4. Evolução Histórica dos Direitos Humanos

Os direitos humanos passaram por diferentes fases de afirmação:

1. **Pré-Constitucional (Séculos XIII a II a.C.):** Primeiros documentos, como a Magna Carta (1215).
2. **Idade Média e Moderna:** Petition of Rights (1628) e Bill of Rights (1689).
3. **Constitucionalismo Liberal:** Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789).
4. **Socialismo e Constitucionalismo Social:** Constituições do México (1917) e Weimar (1919), que incorporaram direitos sociais.
5. **Internacionalização dos Direitos Humanos:** Tratados e organismos internacionais, como a ONU.

5. Gerações de Direitos Humanos

Os direitos humanos evoluíram em cinco dimensões:

1. **Primeira Geração:** Direitos civis e políticos (liberdade de expressão, voto, propriedade).
2. **Segunda Geração:** Direitos econômicos, sociais e culturais (educação, trabalho, saúde).
3. **Terceira Geração:** Direitos de solidariedade (meio ambiente, autodeterminação dos povos).
4. **Quarta Geração:** Direitos de última geração (biotecnologia, bioética).
5. **Quinta Geração:** Direitos digitais e cibersegurança.

6. Aplicabilidade dos Direitos Humanos: Universalismo vs. Relativismo

- **Universalismo:** Direitos humanos são aplicáveis a todos, independentemente da cultura.
- **Relativismo Cultural:** Cada cultura deve definir seus próprios direitos, considerando tradições locais.
- **Hermenêutica Diatópica:** Busca conciliar os dois modelos, respeitando diferenças culturais sem comprometer a dignidade humana.

Exemplo: O debate sobre a aplicação da pena de morte em diferentes países.

QUESTÕES COMENTADAS

QUESTÕES – LÍNGUA PORTUGUESA

anotações

1. FGV – Prefeitura de Cuiabá-MT – 2025

Todas as frases abaixo se apoiam em comparações. A opção em que a comparação não está explicada, é:

- a) **Política é como fotografia. Se você se mexer, não sai.**
- b) **Governe uma grande nação do mesmo modo como você cozinha um peixinho: não exagere.**
- c) **Países são como frutas: os vermes estão dentro.**
- d) **Ser presidente é como administrar um cemitério: há um monte de gente embaixo de você, mas escuta.**
- e) **O elefante é como um camundongo construído segundo as especificações do Estado.**

2. FGV – TJ-MT – 2024

Leia a frase abaixo:

O pior que uma pessoa pode fazer em relação à verdade é conhecê-la e virar-lhe as costas. Assinale a afirmativa adequada em relação à sua estruturação ou significado.

- a) **Os pronomes “la” e “lhe” se referem ao mesmo antecedente.**
- b) **O termo “uma pessoa” tem significado específico.**
- c) **Há um erro no emprego da crase em “à verdade”.**
- d) **Na frase deveria estar escrito “conhecer-lhe” e não “conhecê-la”.**
- e) **Em lugar de “virar-lhe” deveria estar escrito “virá-la”.**

3. FGV – TCE-AM – 2021

Observemos a seguinte frase do texto 2, com o emprego adequado de gerúndio:

“Hermes, o Mercúrio de Roma, possuía em Acaia, ao norte do Peloponeso, um templo onde se manifestava, respondendo as consultas dos devotos”

O correto emprego do gerúndio mostra que ele deve ser usado na indicação de ações cronologicamente simultâneas com as ações da oração anterior.

A frase abaixo que mostra correto emprego do gerúndio é:

- a) **O consulente entrou no templo, ocupando o primeiro banco;**
- b) **Os consulentes abandonaram o templo, perdendo-se de vista;**
- c) **Os sacerdotes discutiam a sentença, comendo no átrio;**
- d) **O pecador fez o pedido, recebendo o oráculo a seguir;**
- e) **O homem ajoelhou-se, implorando ajuda.**

4. FGV – Especialista Legislativo de Nível Superior – ALE-RJ – 2017

Observe o seguinte período, retirado do livro O Crime do Padre Amaro, do escritor português Eça de Queiroz:

“A tarde caía quando d. Maria e Amélia voltaram para a cidade. Amélia adiante, calada, chibatava a sua burrinha, enquanto d. Maria vinha falando com o moço da quinta, que segurava a arreata”.

anotações

Sobre a estrutura sintática desse segmento, a única afirmação correta é:

- a) o primeiro período é composto por uma só oração;
- b) o segundo período é constituído por coordenação e subordinação;
- c) o segundo período é formado por quatro orações;
- d) no segundo período, o sujeito é o mesmo em todas as orações;
- e) nos dois períodos há orações subordinadas de valor temporal.

5. FGV – PC-RJ – 2022

Em todas as frases abaixo foram realizados deslocamentos de termos e foram acrescentadas vírgulas nas frases modificadas; a única frase em que a vírgula está correta é:

- a) Os críticos são gente que fracassou na literatura e na arte / Os críticos são gente que fracassou na arte, e na literatura;
- b) Na arte não existe passado nem futuro / Na arte não existe futuro, nem passado;
- c) A obra-prima é uma variedade do milagre / Uma variedade do milagre, é a obra-prima;
- d) O futebol é o mais popular dos esportes / Dos esportes, o futebol é o mais popular;
- e) Dois mais três são cinco / Três mais dois, são cinco.

QUESTÕES – NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

1. FGV – Câmara de Fortaleza-CE – 2024

Com vistas a iniciar os seus estudos na matéria de meio ambiente, Aretuza decidiu partir das disposições textualmente consagradas na Constituição acerca do tema.

Nesse contexto, Aretuza verificou que, para assegurar a efetividade do mencionado direito, a CRFB/1988 determina que:

- a) **Cabe ao Poder Público preservar e restaurar processos ecológicos essenciais, sendo vedada a instituição ou manutenção de regime fiscal favorecido para quaisquer tipos de combustíveis.**
- b) **Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se exclusivamente ao Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.**
- c) **As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão as pessoas físicas infratoras a sanções penais, civis e administrativas, dependendo essa última da caracterização do ilícito criminal.**
- d) **Dentre as atribuições do Poder Público estão as de preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético e de controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.**

Perceba que uma peça orçamentária orienta a elaboração da outra. Deste jeito:

- O PPA orientará a elaboração da LDO, que orientará a elaboração da LOA;
- A LDO deve ser elaborada em harmonia com o PPA e orientará a elaboração da LOA;
- A LOA deve ser compatível com o PPA e com a LDO.

Então está aí o vínculo da LDO com a LOA: a LDO fornece diretrizes para a elaboração da LOA.

Isso porque a própria Constituição Federal estabelece que:

Art. 165. [...]

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Resposta: A

5. FGV – Técnico de Controle Interno – CGM-RJ – 2023

Comentário:

ATENÇÃO!

A FGV é uma “banca de enunciado”. Isso significa que você deve prestar bastante atenção no enunciado da questão.

E se você reparou bem, a questão está se referindo apenas aos créditos especiais: “Diante da necessidade de abrir um crédito adicional especial (...)”. Pois bem. Então vamos às alternativas.

- a) ERRADA.** Primeiro, os créditos especiais não servem para reforçar dotação, mas sim para inserir “novas despesas” no orçamento. Observe:

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I – suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II – especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

E segundo, os créditos especiais provocam alterações qualitativas, que são alterações na qualidade e no conteúdo do orçamento. Portanto, não é que a programação não deverá ser alterada, como propõe a alternativa. Ela pode, sim, ser alterada.

- b) ERRADA.** Na verdade, há um limite para abertura de créditos suplementares (e não especiais) na lei orçamentária. É que a LOA poderá conter autorização para abertura de créditos suplementares (CF/1988, art. 165, § 8º) e o artigo 7º da Lei nº 4.320/1964 diz que a LOA poderá conter autorização ao Executivo para abrir créditos suplementares até determinada importância. É por isso que há um limite para abertura de créditos suplementares na LOA.
- c) CORRETA,** porque uma das fontes para abertura de créditos adicionais (aqui incluídos os créditos especiais) é a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei (Lei nº 4.320/1964, art. 43, § 1º, III).